

BV CORRETORA DE SEGUROS S.A.

(Antiga Votorantim Corretora de Seguros S.A.)

CNPJ/MF nº 09.023.931/0001-80

Alameda Tocantins, nº 125, 24º andar, Salas 2401 e 2402, Complemento A, Edifício West Side, Alphaville, Barueri - (SP), Brasil, CEP 06455-020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da Votorantim Corretora de Seguros S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. A Votorantim Corretora de Seguros S.A. ("VCS") é uma companhia de capital fechado que opera na forma de corretora de seguros, principalmente na realização de corretagem, intermediação, administração,

consultoria e angariação na área de seguros e na área de serviços de assistência caracterizados como serviços complementares às atividades de seguros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a VCS registrou lucro líquido de R\$ 310.641 mil, alta de 3,9% sobre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. A alta é decorrente da maior geração de receitas, sobretudo receitas financeiras. Também contribuiu as menores despesas administrativas durante o exercício de 2021.

A administração da VCS agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 15 de março de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	296.077	75.103
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	265.434	28.657
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	7	24.164	42.272
Ativos fiscais correntes	8a	6.069	3.802
Outros ativos	10	231	346
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.046.581	956.573
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	328.363	334.706
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	7	706.056	608.406
Ativos fiscais diferidos	8b	11.949	12.473
Outros ativos	10	100	895
Ativo imobilizado (Ativos tangíveis)	9	83	93
TOTAL DO ATIVO		1.342.658	1.031.676
PASSIVO CIRCULANTE			
Provisões para contingências	19	205.191	130.984
Passivos fiscais correntes	11a	94.156	84.895
Outros passivos	12	110.291	45.504
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		331	330
Outros passivos	12	331	330
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.137.226	900.362
Capital social	13a	651.674	472.941
Reservas		485.552	427.421
TOTAL DO PASSIVO		1.342.658	1.031.676

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)							
	Nota	Capital social	Reservas legais	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
EVENTOS							
Saldos em 31.12.2019							
Aumento de capital	13a	144.346	328.595	54.997	288.694	8.307	680.593
Lucro líquido do período		-	-	-	(144.346)	-	-
Ajustes ao valor justo	13d	-	-	-	-	299.116	299.116
Destinações:							
Reserva legal	13b	-	14.956	-	-	(14.956)	-
Dividendos	13c	-	-	-	-	(71.040)	(71.040)
Reserva estatutária		-	-	213.120	-	(213.120)	-
Saldos em 31.12.2020			472.941	69.953	357.468	-	900.362
Mutações do período			144.346	14.956	68.774	(8.307)	219.769
Saldos em 31.12.2021			472.941	69.953	357.468	-	900.362
Aumento de capital	13a	178.733	-	-	(178.733)	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	310.641	310.641
Destinações:							
Reserva legal	13b	-	15.532	-	-	(15.532)	-
Dividendos	13c	-	-	-	-	(73.777)	(73.777)
Reserva estatutária		-	-	221.332	-	(221.332)	-
Saldos em 31.12.2021			651.674	85.485	400.607	-	1.137.226
Mutações do período			178.733	15.532	42.599	-	236.864

O Lucro por ação está divulgado na Demonstração do Resultado. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. A BV CORRETORA DE SEGUROS E SUAS OPERAÇÕES
A BV Corretora de Seguros S.A. (Companhia, Entidade ou Instituição) é uma companhia de capital fechado que opera na forma de corretora de seguros, principalmente na realização de corretagem, intermediação, administração, consultoria e angariação na área de seguros e na área de serviços de assistência caracterizados como serviços complementares às atividades de seguros. Em 28 de dezembro de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social de Votorantim Corretora de Seguros S.A. (Votorantim Corretora de Seguros) para BV Corretora de Seguros S.A. (BV Corretora de Seguros).
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
a) Declaração de conformidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas conforme as disposições previstas na legislação societária vigente, tendo a sua base de preparação as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas (PME).
Conforme IAS 1, as operações cujo vencimento é inferior a 12 meses estão apresentadas nas notas explicativas como ativo ou passivo "circulante" e as operações com vencimento superior a 12 meses são apresentadas como "não circulante", exceto os impostos diferidos (ativos e passivos) que devem ser classificados como "não circulante".

b) Base de reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são revertidos/baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa expiram ou quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, de tal forma que justifique a reversão. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do resultado em Receitas/despesas financeiras no exercício em que ocorrem.
O valor justo dos ativos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recém contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado dependendo o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação
As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Estimativas contábeis e julgamentos
A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Companhia são detalhadas na nota explicativa 4.

e) Autorização das demonstrações contábeis
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 15 de março de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do resultado
As receitas são reconhecidas de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ou CPC 48 - Instrumentos Financeiros, de acordo com a natureza de prestação de serviço ou rendimento de instrumento financeiro. As despesas são reconhecidas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis.
As receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam remuneração são reconhecidas no resultado do período de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 48, pela taxa efetiva de juros.
As receitas de serviços provindas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com os princípios descritos no CPC 47, pelo valor que reflete a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços, já líquido dos efeitos de cancelamentos de contratos de seguros. A Companhia reconhece as receitas com contratos de seguros e a obrigação de restituição pelo cancelamento dos contratos, atualizando a mensuração da obrigação de restituição no final de cada período de reporte para alterações do valor de restituições, reconhecendo estes ajustes correspondentes como reduções da receita.
O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:
i. Identificação do contrato;
ii. Identificação das obrigações de desempenho;
iii. Determinação do preço da transação;
iv. Alocação do preço da transação; e
v. Reconhecimento da receita.
Despesas com serviços prestados são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.
Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas e comissões forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48, no resultado de forma diferida pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e outras aplicações, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

c) Ativos e passivos financeiros
De acordo com o CPC 48, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.
Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:
i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJ/R);
ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo; iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);
iv. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
v. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
vi. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo; vii. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.
Em relação aos ativos financeiros, a classificação contábil depende tanto da definição do Modelo de Negócios quanto do atendimento ao teste SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest* - Somente Pagamento de Principal e Juros).
O teste de SPPI evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto, esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem mudar o período ou a quantidade dos fluxos de caixa contratuais.
Os modelos de negócios da companhia refletem com um ativo financeiro ou grupos de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. Sendo assim, a classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros da Companhia é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, conforme requerido pelo CPC 48.
Modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais: nesse modelo os ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;
Modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros: nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido; e
Outros modelos de negócio: nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado.
A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda ao Teste de SPPI. Os ativos financeiros que não passam no teste de SPPI, não podem ser mensurados por meio de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devendo obrigatoriamente serem mensurados por meio do valor justo por meio de resultado (marcação a mercado no resultado).
Os ativos podem ser mensurados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado:
Custo amortizado: A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da apropriação (*accrual*) dos juros do ativo financeiro no resultado.
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes".
Valor justo por meio do resultado (VJR): A contabilização deste método de mensuração é

realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no resultado.

(i) Instrumentos de Patrimônio
As características destes ativos financeiros não atendem os conceitos do teste SPPI, ou seja, não apresentam exclusivamente pagamento de principal e juros. Desta forma, automaticamente estes ativos devem ser classificados como valor justo por meio do resultado (VJR), exceto se a entidade optar pela opção irrevogável de classificá-los como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
Caso essa exceção seja utilizada, os ganhos ou perdas no valor justo do ativo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e não são reclassificados para o resultado em nenhuma hipótese, somente dividendos recebidos são reconhecidos no resultado.
A metodologia de avaliação ao valor justo foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgadas por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de mercado de baixa liquidez.
Os rendimentos auferidos com os ativos financeiros, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados *pro rata die*, com base na variação do indexador e na taxa efetiva de juros, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos - Sempre mensurados a valor justo, os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* têm seus ajustes ao valor justo registrados diretamente no resultado do período e apresentados na demonstração de resultado como "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".
Instrumentos financeiros combinados com outros instrumentos financeiros, derivativos ou não, são tratados como instrumentos financeiros distintos e registrados, considerando as características econômicas e riscos diretamente relacionados com os do contrato principal.
Derivativos embutidos em instrumentos financeiros passivos são separados de seus contratos principais e registrados, individualmente, caso as características econômicas e riscos do contrato principal e do derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados, ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo.

d) Ativos e passivos tributários
O Imposto de Renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a Contribuição Social foi apurada com base na alíquota de 9%, ambas, aplicáveis ao Lucro tributável. A constituição do crédito tributário do Imposto de Renda e da Contribuição Social está fundamentado em estudo técnico probatório da capacidade de sua realização preparado pela Administração. O PIS (Programa Integração Social) foi apurado com base nas alíquotas de 0,65% e 1,65% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.
A COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) foi apurada com base na alíquota de 4% e 7,5% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.
O ISS (Imposto Sobre Serviços) foi apurado considerando alíquota de 2% até 5% (alíquota varia de acordo com cada Município) sobre as receitas de serviços prestados pela Companhia.
Impostos correntes ativos e impostos correntes passivos somente são compensados, e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Ativo imobilizado (ativos tangíveis)
O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear. Decorrente dessa prática, a taxa anual para depreciação de instalações é de 10%. A Companhia avalia ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo tangível tenha sofrido desvalorização.
f) Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.
Ativos contingentes geralmente decorrem de eventos não planejados ou outros eventos inesperados que originam a possibilidade de um fluxo de entrada de benefícios econômicos à entidade. Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, pois isso pode resultar no reconhecimento de receita que pode nunca ser realizada. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, então o respectivo ativo não é um ativo contingente e seu reconhecimento é efetuado.

g) Outros ativos e outros passivos
Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base *pro rata die*).

h) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável e baixa - Aplicação Geral
O modelo de redução ao valor recuperável prevê a constituição de provisão como perdas de crédito esperadas para 12 meses ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Essa segregação se dá pela separação das carteiras em estágios, a migração de estágios ocorre em função do aumento/diminuição significativa no risco de crédito, nos instrumentos.
Uma vez que a provisão para perda por imparidade atingir 100% do custo do ativo e for constatada a inexistência de benefícios econômicos futuros, seja por obsolescência, descontinuidade de uso ou quando não houver, sob quaisquer circunstâncias, a capacidade de mensurar com confiabilidade tais benefícios econômicos, o ativo é baixado.

Principais normas e interpretações que entrarão em vigor em 2021
Alterações no IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Estas alterações envolvem ativos e passivos financeiros indexados a taxas de juros utilizadas como referências de mercado - IBOR (*Interbank Offered Rate*), por exemplo LIBOR e EURIBOR. As alterações realizadas pelo IASB têm por objetivo endereçar o tratamento para a modificação de ativos e passivos financeiros referenciados em tais taxas e orientar sobre divulgações adicionais necessárias caso a reforma das taxas de juros de referência produzam impactos aos instrumentos financeiros da entidade. A situação de contratos que possam sofrer alterações em decorrência da reforma das taxas de juros de referência é monitorada internamente e eventuais modificações serão tratadas conforme a nova redação das referidas normas. Essas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e não foram observados impactos sobre a Companhia.
Principais normas e interpretações que entrarão em vigor em períodos futuros
Ciclo de aprimoramentos anuais 2018-2020 - As alterações emitidas pelo IASB contemplam as seguintes normas: (i) IFRS 9 - esclarece quais taxas pagas ou recebidas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros, (ii) IFRS 16 - altera o exemplo 13 ao excluir o reembolso pago pelo arrendador ao arrendatário a título de incentivo e (iii) IFRS 1 - flexibiliza procedimento que uma subsidiária poderá aplicar ao adotar o IFRS pela primeira vez após a sua controladora. Estas alterações são aplicáveis para períodos iniciados em ou a partir de 01 de janeiro de 2022 e não são esperados impactos para a Companhia quando da sua adoção.
Alterações no IAS 37 - As alterações visam esclarecer os custos que a entidade deve considerar como custos para cumprimento de um contrato a avaliar quando este contrato é oneroso. As alterações são efetivas a partir de 01 de janeiro de 2022 e não são esperados impactos quando da sua adoção, uma vez que a Companhia não possui contratos sob tais condições.
Alterações no IFRS 3 - As alterações visam alinhar as referências feitas à nova Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*), contemplando orientações para determinar quando uma provisão ou um passivo contingente existem na data da aquisição (de uma combinação de negócios). Estas alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após 01 de janeiro de 2022 e não são esperados impactos para a Companhia quando da sua adoção.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS
Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis
A elaboração das Demonstrações Contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material nas demonstrações contábeis. Em atendimento às normas aplicáveis para Pequenas e Médias Empresas (PME), a Administração aplica em base continuada e com revisão periódica estimativas que afetam os montantes apresentados em nossas demonstrações contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros
As exigências de provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros requerem um modelo de perda de crédito esperada considerando premissas, tais como:
Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas conseqüente-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.
Prazo: Considera-se o prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito.

DIRETORIA			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)			
	Nota	Exercício/2021	Exercício/2020
Receitas de serviços e comissões	14	508.365	499.727
Impostos sobre serviços		(10.145)	(11.276)
LUCRO BRUTO		498.220	488.451
Despesas de pessoal	15	(18.197)	(15.500)
Outras despesas administrativas	16	(16.677)	(25.725)
Despesas tributárias	11b	(48.143)	(48.142)
Outros resultados operacionais	17	(25)	(721)
RESULTADO ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS		415.178	398.273
Receitas financeiras	6b	50.326	42.244
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	(6.396)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO		465.504	434.121
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	18a	(154.863)	(135.005)
Impostos correntes		(154.339)	(128.484)
Impostos diferidos		(524)	(6.521)
LUCRO LÍQUIDO		310.641	299.116
RESULTADO POR AÇÃO			
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$		1.553.205,00	1.495.580,00
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)	13a	200	200

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	Exercício/2021	Exercício/2020
Lucro líquido do período		310.651	299.116
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente ao resultado: Variação no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	13d	-	(8.307)
Ajuste ao valor justo contra o resultado		-	(12.587)
Efeito fiscal		-	4.280
Resultado abrangente total		310.641	290.809

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/2021	Exercício/2020
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais			
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro		465.504	434.121
Ajustes ao lucro antes dos impostos e contribuições sobre o lucro		(4.627)	(10.592)
Despesas/(reversão de despesas) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	19a	69	43
Depreciações	16	10	5
Efeito de cancelamentos de contratos de seguros nas receitas de serviços e comissões		(3.923)	(10.296)
Provisão/(reversão de provisão) para perdas ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de investimentos por incentivos fiscais	17	(783)	(344)
Variações patrimoniais		(322.209)	(224.596)
(Aquisição/aumento) de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(328.363)	(347.293)
(Aumento/redução) de ativos financeiros ao custo amortizado		(79.542)	(611.444)
(Aumento/redução) de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		-	(27.222)
(Aumento/redução) de ativos fiscais		(2.267)	58.567
(Aumento/redução) de passivos fiscais		(13.609)	(67.020)
Alienação/redução de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		97.929	763.434
Outras variações ativas		1.663	183
Outras variações passivas		1.980	6.199
Imposto de renda e contribuição social pagos		(131.469)	(133.009)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		7.199	65.924
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aquisição) de imobilizado de			

BV CORRETORA DE SEGUROS S.A.
(Antiga Votorantim Corretora de Seguros S.A.)
CNPJ/MF nº 09.023.931/0001-80

Alameda Tocantins, nº 125, 24º andar, Salas 2401 e 2402, Complemento A, Edifício West Side, Alphaville, Barueri - (SP), Brasil, CEP 06455-020

continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

7. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros com acordo de revenda	706.056	608.406
Re vendas a liquidar - Posição bancada (Nota 7a)	706.056	608.406
Outros ativos financeiros	24.164	42.272
Comissão de corretagem de seguros a receber	24.164	42.272
Total	730.220	650.678
Ativo circulante	24.164	42.272
Ativo não circulante	706.056	608.406

a) Ativos financeiros com acordo de revenda

	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor contábil	Valor justo da garantia	Valor contábil	Valor justo da garantia
Re vendas a liquidar - Posição bancada				
Letras do Tesouro Nacional	706.056	668.958	608.406	632.928
Total	706.056	608.406	608.406	608.406

8. ATIVOS FISCAIS

a) Ativos fiscais correntes

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto de renda a compensar	3.675	-
Contribuição social a compensar	1.516	-
Imposto de renda a recuperar	878	3.728
ISS a recuperar	-	74
Total	6.069	3.802
Ativo circulante	6.069	3.802

b) Ativos fiscais diferidos

	31.12.2021	31.12.2020
Provisões passivas	11.360	11.864
Outros	589	589
Total	11.949	12.473
Ativo não circulante	11.949	12.473

Expectativa de realização
A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2021.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2022	9.450	8.456
Em 2023	118	95
Em 2024	64	47
Em 2025	27	18
Em 2026	2.291	1.367

Total de créditos tributários
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, observou-se a realização de créditos tributários correspondente a 99% (88% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) da respectiva estimativa de realização fiscal do saldo de créditos tributários para todo o ano de 2020.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Diferenças intertemporais (1)
Em 2022	79%
Em 2023	1%
Em 2024	1%
Em 2025	0%
Em 2026	19%

(1) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

c) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário - Não ativado)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve saldo não constituído de crédito tributário.

9. ATIVO IMOBILIZADO (ATIVOS TANGÍVEIS)

	31.12.2020	Exercício/2021 (1)	31.12.2021	
	Saldo contábil	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada
Instalações	93	(10)	98	(15)
Total	93	(10)	98	(15)

	31.12.2020		31.12.2021	
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Saldo contábil
Instalações	98	98	(5)	93
Total	-	98	(5)	93

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve aquisições e baixas de ativo imobilizado.

10. OUTROS ATIVOS

	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos judiciais (Nota 19c)	130	895
Valores a receber de sociedades ligadas	-	210
Outros	231	136
Total	361	1.241
Ativo circulante	231	346
Ativo não circulante	130	895

11. PASSIVOS FISCAIS

a) Passivos fiscais correntes

	31.12.2021	31.12.2020
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	89.599	78.486
Impostos e contribuições sobre o salários	139	119
PIS	643	912
COFINS	3.059	4.217
ISS	716	1.161
Total	94.156	84.895
Passivos Circulante	94.156	84.895

b) Despesas tributárias

	Exercício/2021	Exercício/2020
COFINS	(39.606)	(38.018)
PIS	(8.489)	(8.161)
Outras	(48)	(1.963)
Total	(48.143)	(48.142)

12. OUTROS PASSIVOS

	31.12.2021	31.12.2020
Provisão para participações nos lucros	3.236	2.481
Provisão para despesas de pessoal	1.559	887
Comissões antecipadas sobre seguros	1.018	1.947
Obrigações por cancelamentos	23.862	27.786
Obrigações legais (Nota 19d)	4.803	3.709
Dividendos a pagar	73.777	7.046
Outros	2.267	1.978
Total	110.622	45.834
Passivo circulante	110.291	45.504
Passivo não circulante	331	330

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 651.674 (R\$ 472.941 em 31 de dezembro de 2020), está representado por 200.000 ações subscritas e integralizadas (200.000 em 31 de dezembro de 2020).
Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 178.733, sem a emissão de novas ações.
Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de julho de 2020, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 144.346, sem a emissão de novas ações.

b) Reserva de lucros
Reserva legal
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de capital exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.
Reserva estatutária
A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva estatutária", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Dividendos
Aos acionistas é assegurado dividendos mínimos obrigatórios, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondentes a 25% do lucro líquido de cada período, deduzindo-se o montante destinado à reserva legal (Lucro líquido ajustado).
Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de dividendos.
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia realizou as seguintes distribuições:

	Exercício/2021		Exercício/2020	
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Data base da posição acionária	Data de pagamento a pagar até
Dividendos	73.777	368.885,00	31.12.2021	31.12.2022
Total destinado aos acionistas	73.777	368.885,00		

	Exercício/2020		Exercício/2021	
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Data base da posição acionária	Data de pagamento
Dividendos	63.994	319.970,00	16.12.2020	18.12.2020
Dividendos	7.046	35.230,00	31.12.2020	28.08.2021
Total destinado aos acionistas	71.040	355.200,00		

	Exercício/2021		Exercício/2020	
	Lucro líquido do período	Reserva legal	Base de cálculo	Dividendos
Lucro líquido do período	310.641	(15.532)	295.109	73.777
Reserva legal	-	295.109	295.109	73.777
Base de cálculo	-	-	73.777	71.040
Dividendos	-	-	73.777	71.040
Valor proposto	-	-	-	63.864
Valor pago antecipadamente	-	-	-	25%
% sobre a base de cálculo	-	-	-	25%

d) Outros resultados abrangentes
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não há montantes alocados em Outros resultados abrangentes.

14. RECEITAS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	Exercício/2021	Exercício/2020
Comissão de corretagem de seguros	508.365	499.727
Total (1)	508.365	499.727

(1) Inclui os efeitos das obrigações por cancelamentos dos contratos de seguros.

15. DESPESAS DE PESSOAL

	Exercício/2021	Exercício/2020
Honorários	(1.084)	(102)
Benefícios	(1.615)	(1.704)
Encargos sociais	(2.770)	(2.349)
Proventos	(8.689)	(8.130)
Demandas trabalhistas	(461)	(80)
Treinamentos	(210)	(216)
Participação nos lucros e resultados	(3.160)	(2.832)
Previdência privada complementar	(208)	(177)
Total	(18.197)	(15.590)

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício/2021	Exercício/2020
Aluguéis	(1.884)	(437)
Comunicações	(305)	(357)
Contribuições filantrópicas	(4.640)	(17.644)
Manutenção e conservação de bens	(205)	(191)
Processamento de dados	(2.439)	(2.929)
Propaganda e publicidade	(34)	(11)
Publicações	(76)	(76)
Serviços técnicos especializados	(2.527)	(1.807)
Depreciação	(10)	(5)
Outras (1)	(4.357)	(2.268)
Total	(16.677)	(25.725)

(1) Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

17. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Exercício/2021	Exercício/2020
Reversão de provisão para passivos contingentes	10	-
Atualização de depósitos judiciais	14	96
Atualização de tributos pagos a maior	-	19
Reversão de provisão para perdas ao valor recuperável (impairment) de investimentos por incentivos fiscais	783	344
Demandas fiscais	(1.162)	(1.130)
Outros	330	(50)
Total	(25)	(721)

18. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração das despesas de IR e CSLL

	Exercício/2021	Exercício/2020
Valores correntes	(154.339)	(128.484)
IR e CSLL no país - Corrente	(154.322)	(128.484)
IR e CSLL no país - Exercícios anteriores	(17)	-
Ativo fiscal diferido	(524)	(6.521)
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	-	(4.982)
Provisões passivas	(524)	(1.539)
Total	(154.863)	(135.005)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/2021	Exercício/2020
Resultado antes dos impostos e contribuições sobre o lucro	465.504	434.121
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(154.863)	(135.005)
Encargo total do IR (25%) e CSLL (9%)	(159.346)	(132.554)
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(2.143)	(3.182)
Encargos sobre participações dos empregados nos lucros e resultados	1.075	963
Incentivos fiscais (PAT, cultura e outros)	4.916	3.798
Outros valores	635	(4.030)

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Ativos contingentes
Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, que se enquadram no disposto no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Ações trabalhistas
A Companhia é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações fiscais
A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN e PIS/COFINS. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais ou seguro garantia para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.
A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos.

Ações de natureza cível
A Companhia é parte em processo judicial, decorrente do curso normal das operações de corretagem de seguros, envolvendo questões civis.

Provisões para demandas trabalhistas - Prováveis
A Companhia constitui provisão para demandas trabalhistas com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

Movimentações nas provisões classificadas como prováveis

	Demandas fiscais		Demandas trabalhistas	
	Exercício/2021	Exercício/2020	Exercício/2021	Exercício/2020
Saldo inicial	-	-	585	542
Constituições	67	-	-	-
Reversão da provisão	-	-	(19)	-
Atualizações	-	-	21	42
Saldo final	67	-	587	585

Cronograma esperado de desembolsos em 31 de dezembro de 2021

	Fiscais	Trabalhistas
Até 5 anos	67	587
Total	67	587

Passivos contingentes - Possíveis
Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2021	31.12.2020
Demandas fiscais (1)	5.600	290
Demandas cíveis	-	10
Total	5.600	300

(1) Referem-se, basicamente, às ações de cobrança de ISS.

Depósito em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2021	31.12.2020
Demandas trabalhistas	29	27
Demandas cíveis	34	7
Demandas fiscais	67	861
Total	130	895

Obrigações Legais
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém registrado na rubrica Outros passivos a obrigação legal no montante de R\$ 4.803 (R\$ 3.709 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia obteve liminar para assegurar que recolha o PIS e a COFINS sem a inclusão do ISS até o julgamento do processo, suspendendo-se a exigibilidade da referida parcela.

20. PARTES RELACIONADAS

Sumário das transações com partes relacionadas
As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Banco Votorantim, Conglomerado Banco do Brasil e a Votorantim S.A.

	31.12.2021		
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A. e controladas	Banco Votorantim S.A.
Ativos	18	-	131
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	593.797
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	-	-	706.056
Passivos	-	-	(79.694)
Outros passivos	-	-	(79.694)

Resultado

	Exercício/2021	Exercício/2020
Receitas financeiras	-	50.326
Despesas administrativas	-	(3.653)

	31.12.2020		31.12.2021	
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A. e controladas	Banco Votorantim S.A.	Total
Ativos	-	-	20	20
Caixa e equivalentes de caixa				

BV CORRETORA DE SEGUROS S.A. (Antiga Votorantim Corretora de Seguros S.A)

CNPJ/MF nº 09.023.931/0001-80

Alameda Tocantins, nº 125, 24º andar, Salas 2401 e 2402, Complemento A, Edifício West Side, Alphaville, Barueri - (SP), Brasil, CEP 06455-020

★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos concluído, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



São Paulo, 15 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Maria José de Mula Cury

CRC 2SP000160/O-5
Contadora - CRC 1SP192785/O-4

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 29/03/2022 17:14

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/29/BV1561296229032022.pdf>
Hash: 1648498447e569c47970c1499f9ac7659d297e93a9